



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- DCH**

**LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

ANSELMO SILVA DE JESUS SOUZA

**“AVERSÃO” E “AMOR” ÀS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
REFLEXÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO ENSINO APRENDIZAGEM
DESTA DISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA
NA CIDADE DE CAETITÉ-BA.**

CAETITÉ- BA

2012

ANSELMO SILVA DE JESUS SOUZA

**“AVERSÃO” E “AMOR” ÀS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
REFLEXÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO ENSINO APRENDIZAGEM
DESTA DISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA
NA CIDADE DE CAETITÉ-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia como requisito
para a obtenção do título de licenciado em Letras
com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura
da Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Aparecida de Fátima Brasileiro
Teixeira

**CAETITÉ - BA
2012.**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANSELMO SILVA DE JESUS SOUZA

**“AVERSÃO” E “AMOR” ÀS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA
REFLEXÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO ENSINO APRENDIZAGEM
DESTA DISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA
NA CIDADE DE CAETITÉ-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia como requisito
para a obtenção do título de licenciado em Letras
com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura
da Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Aparecida Brasileiro

Aprovado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

**Aparecida de Fátima Brasileiro Teixeira
(Orientadora)**

Lucélia Alves Magalhães

Rozânia Alves Magalhães

CAETITÉ- BA

2012

Á Maryane Soares Souza,
Janine Pinto Soares e
Maria Silva de Jesus
com todo amor.

MEUS AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fazer sentir sua presença nos momentos mais difíceis dessa caminhada, possibilitando que não desistisse, apesar das inúmeras adversidades.

A todos os meus familiares, pelo incentivo, pelo carinho e por estar presente em todos os momentos.

À Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus VI - Caetité pela oportunidade em cursar a Graduação em Letras Vernáculas

À Professora Aparecida Brasileiro, pela orientação competente, pela amizade e pela sensibilidade com que me compreendeu e ajudou em todos os momentos.

Aos professores Edmilson Senna e Paulo César Martins, pela amizade e pelo conhecimento construído ao longo destes anos.

Aos demais professores, que contribuíram através de leituras atentas e discussões valiosas.

Aos professores de língua portuguesa e alunos da escola estadual, pela disponibilidade com que me concederam as entrevistas.

À Delma, pelo bom humor, pela competência e pela amizade.

Aos colegas Flávio, Wagner e Thiago, pela amizade consistente que construímos durante o curso.

Enfim, a todos os colegas, que estiveram comigo durante essa caminhada.

(...) quando comecei a lecionar criei dentro de mim a vocação para ser professor. Eu ensinava gramática portuguesa, (...) comecei a amar a beleza da linguagem. Nunca perdi essa vocação pelo ensino, (...) senti que ensinar era bom quando pela primeira vez ensinei alguém que sabia menos que eu. (...) Ensinando, descobri que era capaz de ensinar e que gostava muito disso. Comecei a sonhar cada vez mais em ser professor. Aprendi como ensinar, na medida em que mais amava ensinar e mais estudava a respeito¹

¹ Epigrafe retirada do livro de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários a prática educativa*. Paz e terra, 2ª edição, São Paulo, 1996, p. 23.

RESUMO

Com essa pesquisa, buscamos refletir sobre as aulas de língua portuguesa. Para isso, fez-se necessário investigar uma breve história sucinta do ensino de língua no Brasil, e os principais objetivos na visão das Leis de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 e nº 9.394/96, bem como o instrumento que norteia a operacionalização desta última LDB, atualmente em vigor os Parâmetros Curriculares Nacionais. Feitas as considerações teóricas e metodológicas, procedemos à análise de entrevistas realizadas a alunos e professores de língua portuguesa que atuam há pelo menos vinte anos. O objetivo foi verificar o motivo da “aversão” às aulas de língua portuguesa por parte do aluno, mesmo o professor declarando “amor” pelo exercício docente. Com isso, o ensino prioriza-se a gramática normativa e afasta-se das Leis e teorias atuais que enxergam no ensino de língua uma ponte para que o indivíduo insira-se na sociedade.

Palavras-chave: “Aversão” e “amor”; aulas de língua portuguesa; prática docente.

ABSTRACT

With this research, we aim to reflect on the Portuguese language classes, for this, it was necessary to investigate the history of language teaching in Brazil, and the mainly objectives of the vision in Laws of Guidelines and Bases nº 5.692/71 e nº 9.394/96, as well as the instrument that guides the operation of the latter LDB, currently in force: the Parameters National Curriculum. After the theoretical and methodological considerations, we proceed with the analysis of interviews with students and teachers of Portuguese who work at least twenty years. The aim was to verify the reason for the "dislike or aversion" to the Portuguese language lessons by the student, the teacher stating that "love" by teaching exercise. The research results show that "dislike or aversion" to the Portuguese language classes, is due to the fact that it is monotonous, stripped of all context and mechanical with an excess of rules to be memorized rigorously. In other words, the classes aren't yet in concern with evolution which trough the teaching language. With that prioritizes the grammar rules and departs from the laws and theories that see the current language education a bridge to enter the individual into society.

Keywords: "Aversion" and "love"; Class of Portuguese; teaching practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
SESSÃO I: BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	13
1.1 As principais línguas da colônia.....	13
1.1.1 Língua portuguesa: um privilégio da elite.....	15
1.1.2 Chegada do ensino às camadas populares	16
SESSÃO II: EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA NO BRASIL: DA LEI 5.692/71 À LEI 9.394/96	17
2.1 Objetivos do ensino de língua na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais .	19
2.1.1 A prática docente e a exagerada valorização do ensino da gramática.....	20
2.1.2 Ensino de Língua Portuguesa interligado com a vida do educando	23
SESSÃO III: AVERSÃO E AMOR ÀS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	25
3.1 Alunos e professores pesquisados	26
3.2 O aluno, o professor e o ensino de língua portuguesa.....	27
3.3 Conexão do ensino com o cotidiano do aluno.....	36
3.4 Objetivos do ensino de língua portuguesa nos dizeres dos alunos e professores	38
3.5 Os manuais de língua portuguesa.....	38
3.6 Novas e velhas práticas de ensino na atualidade	40
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE.....	46

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o propósito de provocar uma reflexão acerca do ensino de língua portuguesa. Para isso, o presente trabalho faz um retorno ao passado para entender as mudanças e as principais inovações que passaram o ensino de língua portuguesa no Brasil. De imediato, percebemos que a problemática, no que diz respeito ao ensino de língua, sempre despertou a inquietação de estudiosos desta área. Dentre eles podemos citar Irandé Antunes (2003), Bagno (2001), Back, (1987) entre muitos outros. O que comprova que os problemas educacionais referentes ao ensino de língua são tão antigos quanto à própria língua portuguesa. Podemos observar isso nos diversos momentos históricos. Porém, outras questões nos levam a questionar sobre o ensino de língua portuguesa na atualidade. E, através da experiência e da observação realizadas no período da pesquisa, fica evidenciado que a prática docente permanece muito próxima daquelas utilizadas nos compêndios da história. E mesmo com as novas concepções de língua percebe-se que as práticas antigas de ensino estão prevalecendo na atualidade. Dessa forma, a pesquisa apresentada tem como objetivo contribuir para ampliação das reflexões acerca do ensino de língua portuguesa no Brasil.

Para alcançar o objetivo proposto, que é descobrir o porquê da “aversão” ao ensino de língua portuguesa pelos alunos e o “amor” por parte dos professores, o presente trabalho busca suporte teórico na LDB² nº 5.692/71 e na Lei nº 9.394/96, contextualizando com cada momento histórico. A pesquisa se fundamenta na hipótese de que os alunos sentem aversão ao ensino de língua portuguesa, pois o modelo de educação persiste semelhante à LDB nº 5.692/71, que apresentava como principal característica um ensino mecânico, distanciado da realidade do aluno. Essa Lei foi substituída pela LDB nº 9.394/96 e esta voltada a formação da cidadania, ao apresentar um novo objetivo que é inserir o indivíduo à sociedade. Porém, isso não se aplica na prática, pois o ensino da língua portuguesa continua mecânico e descontextualizado. O que acaba causando uma rejeição por parte dos alunos ao ensino de língua portuguesa.

Na perspectiva de encontrar respostas, foi organizado um questionário contendo 15 (quinze) questões a respeito do ensino de língua portuguesa para serem aplicadas a 03 (três) professores e elaboradas outras 15 (quinze) destinadas

² (LDB) Lei das Diretrizes e Base da Educação.

a 10 (dez) alunos de uma escola estadual, na tentativa de esclarecer a hipótese levantada de que a maioria dos alunos sente aversão ao ensino de língua portuguesa, mesmo que o professor afirme que ama lecionar essa disciplina. Para isso, o trabalho buscou entender a problemática a partir dos dizeres de alunos e professores.

As questões apresentadas indagam a respeito do ensino de língua portuguesa, sua aprovação ou reprovação por parte dos alunos. Irandé Antunes (2007) no seu livro 'Muito além da gramática' cita um poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado 'No meio do caminho'. Com a citação deste poema de infinitas interpretações, Irandé vem nos dizer que há uma pedra no meio das aulas de Língua Portuguesa. E, diante de muitas dúvidas, esse trabalho busca entender que pedra é essa, ou que pedras são essas que problematizam o ensino de língua. Nesse sentido, apresentamos o tema "Aversão" e "amor" às aulas de Língua Portuguesa: uma reflexão a respeito da relação ensino aprendizagem desta disciplina em uma escola pública na cidade de Caetité-BA. Dessa forma, a presente monografia trabalha com entrevista a professores de língua portuguesa, com uma média de 20 anos de atuação em sala de aula. As perguntas giram em torno do ensino de língua portuguesa e a conexão das aulas com a realidade do aluno se "aprova ou reprova" o ensino de língua, inclusive fazendo referência à Lei 9.394/96, que veio substituir a Lei 5.692/71.

O trabalho contempla análise das respostas pertinentes aos objetivos da pesquisa. Neste sentido, divide-se em três capítulos. No Capítulo I, O começo do ensino de língua portuguesa no Brasil, são apresentados os fatores que contribuíram na construção do ensino de língua portuguesa. No Capítulo II, Evolução do ensino de línguas no Brasil: da lei 5.692/71 à Lei 9.394/96, são apontadas as principais evoluções que passaram o ensino de língua portuguesa. No Capítulo III, "Aversão" e "amor" às aulas de língua portuguesa, analisamos os depoimentos dos professores e alunos com o intuito de identificar o porquê da "aversão" às aulas de língua portuguesa pelos alunos e "amor" ao ofício docente por parte dos professores. Essa análise está fundamentada no estudo de ambas as LDBs, bem como nos PCNs. Além disso, estão presentes neste texto outros teóricos que abraçam a questão que gira em torno do ensino de língua.

SESSÃO I

BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O ensino de língua portuguesa no Brasil inicia-se por volta de 1500, ano em que os portugueses chegaram ao país. Naquele momento, começava o domínio português nas terras brasileiras. Seguindo essa perspectiva, as DCEB³(2008) vêm nos dizer que os dominadores objetivavam formar a elite colonial, para isso, eles começaram a catequizar os indígenas através da educação jesuíta. Partindo-se de práticas pedagógicas limitadas, buscava expandir o catolicismo e um modelo econômico de sustento da comunidade, ou seja, os objetivos de Portugal eram formar uma sociedade que servisse os interesses lusitanos. Assim, os jesuítas buscavam catequizar os índios, pois, dessa forma, ficaria bem mais fácil usar os nativos como escravos. Nesse sentido, a língua portuguesa começava a receber dos índios um novo vocabulário, oriundo do convívio entre portugueses e índios. Seguindo esse contexto, a língua portuguesa do Brasil recebeu uma significativa contribuição dos índios no que diz respeito ao léxico, porém a estrutura dominante continuava sendo a da língua portuguesa.

Seguindo essa perspectiva, a educação daquele momento funcionava como objeto de dominação, o objetivo principal das escolas daquela época era catequizar os índios. Essas instituições eram mantidas pelos jesuítas nos cursos chamados secundários, as aulas eram apenas de gramática latina e retórica, além do estudo de grandes autores clássicos (DCEB, 2008). Historicamente, o ensino de língua seguia esse percurso, em que o objetivo principal consistia em ensinar o aluno a ler e escrever, privando-o de pensar.

1.1 AS PRINCIPAIS LÍNGUAS DA COLÔNIA

No século XVIII, o português era uma língua pouco usada, pois com ela coexistia a língua geral e o latim, ou seja, a língua portuguesa funcionava com um instrumento de alfabetização de uma minoria de privilegiado que de posse do português, passaria a aprender o latim como determinava o programa da época.

³ (DCEB) Diretrizes Curriculares para a Educação Básica

Para se ter uma ideia, o português nem sequer existia no currículo escolar. Somente no século XIX é que a disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros. E, com o convívio diário entre portugueses e indígenas, facilitou a criação da Língua Geral (o tupi-guarani), utilizada de início pelos portugueses para a dominação da nova terra. Essa língua continuou sendo usada durante muito tempo por uma grande parte da população que não tinha acesso à escola, como ressalta as DCEB (2008). Mesmo sendo falada na colônia três vezes mais que o português, o tupi perdia espaço, pois o português era uma língua mais rica e considerada superior, como salienta MELO (1981, p.51),

O contato do tupi com o português se deu em circunstâncias bem outras. A língua indígena era pobre, simples, rudimentar, sem passado literário, era instrumento de um povo rude, de cultura primitiva. Ao invés, o português era rico complexo maleável, possuidor de uma tradição literária. Essa era a língua superior era a língua dos invasores e dos dominadores passada aquela preponderância inicial de uso do tupi como língua materna passaram a falar o português.

Seguindo essa perspectiva, além da língua portuguesa ser considerada superior e rica, a situação de línguas diferentes na colônia passou a não interessar aos propósitos colonialistas de Portugal, como afirma as DCEB (2008, p. 40),

... a partir do século XVIII, época que coincide com as expedições bandeirantes e a descoberta da riqueza mineral do solo brasileiro, essa situação de bilinguismo passou a não interessar aos propósitos colonialistas de Portugal, que precisava manter a colônia e, para isso, a unificação e padronização linguística constituíram-se fatores de relevância

Dessa forma, os portugueses buscavam, através de um decreto, tornar a língua portuguesa superior no território brasileiro. A lei criada em 1758 pelo Marquês de Pombal visava implantar o ensino de língua portuguesa nas colônias e oficializar a Língua Portuguesa como idioma do Brasil. Além disso, essa medida vedava o uso de outras línguas, sobretudo a língua geral. Neste sentido, a língua portuguesa passou a fazer parte do currículo escolar e, além de ensinar a ler e escrever em português as escolas passaram a lecionar à gramática, juntamente com a retórica e a poética. Esse estudo, voltado para esses cursos, continuou durante muito tempo;

só no final do império é que essas disciplinas se unificam e formou-se assim o português.

1.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: UM PRIVILÉGIO DA ELITE

O ensino de língua portuguesa no Brasil passou por sucessivas e grandes mudanças no decorrer de sua história, sempre seguida de muito jogo ideológico, e como forma de dominação. Exemplo disso é a Reforma Pombalina que visava defender os propósitos da coroa portuguesa. Sabemos que, a partir dessa Reforma, o ensino pegou um novo rumo, pois as aulas antes ministradas pelos jesuítas foram substituídas por aulas régias exercidas por profissionais nomeados por indicação, essas aulas atendiam apenas uma pequena parcela da elite colonial. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, começaram a surgir novas instituições de ensino, porém eram faculdades voltadas apenas para as camadas superiores da sociedade, como salienta as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, (2000, p. 41),

Com a corte no Rio de Janeiro, foram instaladas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, eram faculdades voltadas para a formação da burocracia estatal que emergia. Essas instituições de ensino, portanto, privilegiaram as camadas superiores da sociedade, europeizando e produzindo uma educação que visava à manutenção do *status quo*. As classes populares, que precisavam do ensino primário para aprender a ler e escrever a língua portuguesa continuaram negligenciadas.

Diante disso, percebemos que além de seguir um modelo europeu, o ensino superior no Brasil privilegiava a elite direcionando o ensino à classe dominante. Por outro lado excluía os menos favorecidos, que precisavam do ensino, para fazer uso do português no cotidiano. Neste sentido, destacamos as palavras de Perini (2006, apud Antunes, 2007, p. 21):

cada língua é um retrato do mundo, tomado um ponto de vista diferente, e que revela algo não tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano. Cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade.

Seguindo essa perspectiva, fica fácil entender o porquê do não acesso ao ensino pelos menos favorecidos economicamente, pois como afirma Perini, a língua pode ajudar a entender a realidade e esse entendimento fugia dos interesses portugueses.

1.1.2 CHEGADA DO ENSINO AS CAMADAS POPULARES

A existência da escola pública é justificada pela sua função de atender todos os estudantes oriundos de classes populares ou não. O acesso deve ser um direito de todos, no entanto esses direitos só começam a serem conquistados no século XIX, com a nascente industrialização, que exigia uma formação profissional, ou seja, a educação era usada para o acesso ao trabalho industrial. Neste sentido, foi preciso rever o acesso ao ensino para atender as necessidades da industrialização. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2000, p.42) comentam:

Nesse momento em que a escola se abria a camadas cada vez maiores da população, o ensino de português tratava de prover uma determinada classe de uma língua que era considerada a “boa língua” - houve a tentativa de uma aprendizagem hierarquizada e seletiva. No entanto, a multiplicação das escolas públicas expulsou dos currículos o curso de Retórica.

Dessa forma, as escolas públicas se abriam as camadas populares e essa multiplicação expulsou dos currículos a disciplina que fornecia às classes dirigentes uma técnica privilegiada que lhes permitia fazer uso da linguagem com propriedade, como afirmado acima. Com essa democratização do ensino, teve acesso a ele toda a população marginalizada. Essa democratização foi muito importante na história do ensino no Brasil. No entanto, isso ocasionou uma série de implicações entre elas o excessivo número de alunos por turma, falta de material para os professores, desvalorização do magistério e professores mal remunerados que mal conheciam os objetivos, sobretudo se tratando do ensino de língua portuguesa.

Como comenta BACK (1987, p.16).

Os professores formados pelos preceitos pedagógicos tradicionais continuam desconhecendo o que são objetivos de ensino e qual é a diferença entre domínio de língua e domínio de gramática muitos continuam convencidos que saber Gramática é saber português. Por essa razão, suas aulas se resumem ao ensino de gramática: definições, regras e muita análise sintática e morfológica.

Com isso, percebe-se que o ensino de língua portuguesa vem desde sempre se voltando para o ensino da gramática e com a democratização do ensino isso fica mais evidente, pois a maioria dos professores que lecionava pensava que ensinar língua portuguesa era a mesma coisa que ensinar gramática.

SESSÃO II

EVOLUÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA NO BRASIL: DA LEI 5.692/71 À LEI 9.394/96

Diante da expansão escolar, o ensino de Língua Portuguesa não poderia deixar de pensar em propostas pedagógicas que levassem em conta as novas necessidades trazidas por estes alunos para o espaço escolar. Dentre elas, a presença de registros linguísticos e padrões culturais diferentes dos até então admitidos na escola. Diante disso, surge a Lei nº 5.692/71 trazendo a seguinte proposta:

A Lei n. 5692/71 ampliaria e aprofundaria esta vinculação ao dispor que o ensino deveria estar voltado à qualificação para o trabalho. (...) na disciplina de Língua Portuguesa, pautava-se na concepção de linguagem como meio de comunicação (cujo objeto é a língua vista como código), com um viés mais pragmático e utilitário em detrimento do aprimoramento das capacidades linguísticas do falante. (DCEB, 2008, p.44).

Neste contexto, podemos perceber que esse tipo de ensino excluía os alunos vindos das classes populares, pois estes não tinham as mesmas capacidades linguísticas que os alunos de classe elevada. O objetivo principal da Lei era a integração do educando no meio em que vive, porém o ensino de língua portuguesa continuou como antes dessa Lei, ou seja, limitado ao ensino da gramática. (HOSS, 1981).

Em se tratando de objetivo no Artigo 1º da Lei 5692/71 citada por Hoss (1981) encontramos o seguinte dizer: “o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania”. Entretanto, a preocupação maior da educação continua centrada na qualificação para o trabalho como salienta Maurício (Traglenberg, 1976, apud HOSS, 1981, p.11).

Hoje em dia, a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, capacitados, porém, a modificar seu comportamento em função das mutações sociais.

Dessa forma, o ensino se tornava mecânico, pois desobrigava o aluno de refletir, ou seja, a língua ensinada na escola servia de dominação nessa época, que coincide com a ditadura militar, em que o ensino de língua impedia o sujeito de posicionar-se, pois essa voltava-se para a aprendizagem da estrutura da língua. Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares para Educação Básica (DCEB, 2008) afirmam que com essa Lei a disciplina de Português passou a denominar-se Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), com base em estudos de Saussure e de Jakobson, no que diz respeito à teoria da comunicação. No entanto, o conteúdo dominante nas escolas continuou centrado no uso abusivo da gramática. Ou seja, buscavam-se sempre novas medidas, novos modelos de ensino que pudessem valorizar o indivíduo como um ser pensante, porém os antigos modelos de ensino continuavam ocupando o espaço principal dentro do ambiente escolar.

Em 20 de dezembro de 1996 foi elaborada pelo Senador Darcy Ribeiro a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Essa Lei traz uma grande mudança no que diz respeito ao ensino, ao contrariar a LDB nº 5.692/71, colocando o aluno como um ser que precisa posicionar-se frente à sociedade. Nesse sentido, a linguagem assume um papel primordial, pois através dela cada indivíduo poderá questionar, argumentar e atuar socialmente, porém Pedro Demo (1997,p. 29) no seu livro: 'A nova LDB: Ranços e avanços' traz uma discussão bem significativa a respeito dessa questão dizendo: "O que tem predominado no cenário nacional não é o espírito crítico diante da realidade, em particular diante do atraso clamoroso em educação e na pedagogia, mas uma tradicional falta de "desconfiômento"". Demo nos diz que a característica marcante de um educador é a rebeldia e a recusa, ou seja, como um educador não sendo crítico e argumentador poderá levar um aluno a adquirir tais características?

Ainda no seu livro, Demo (1997) cita: "o art. 13º, parágrafo 3º a nova LDB confia a responsabilidade na escola e também no corpo docente de: zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento". Neste contexto, cabe a cada professor questionar seu método de trabalho, é ele (o professor) o principal responsável pelo gosto ou não do aluno pela disciplina, ou seja, é necessário estabelecer métodos e estratégias de ensino

que estimulem a aprendizagem e o gosto pela disciplina, principalmente se tratando do ensino de língua portuguesa, pois vários são os questionamentos sobre o sistema de ensino hoje evidenciado.

2.1 OBJETIVOS DO ENSINO DE LÍNGUA NA VISÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Não existe um método para ensinar química. O método para ensinar química é fazer as pessoas se interessarem, fazer com que pareça excitante, instigante, aprender química. Assim elas aprenderão. Fora isso, não há métodos. Eu acho com relação à linguagem é basicamente a mesma coisa.

(Chomsky, 1997 Apud Irandé Antunes, 2007, p.132)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são bem flexíveis, pois exigem adaptações para a construção do currículo. Devido a sua natureza, eles sugerem adequações. Além disso, os PCNs (2001) reconhecem a importância da participação do aluno na construção do conhecimento, e a necessidade da influência do professor neste processo. Dessa forma, os objetivos educacionais consistem no desenvolvimento da capacidade do aluno, processo em que os conteúdos curriculares atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades, em que professor e alunos possam ser sujeitos. O ensino-aprendizagem de língua nesse contexto deve, então, propiciar ao aluno autonomia no uso da linguagem e não prendê-lo a regras impostas, que nem sempre dão conta da realidade da língua. Dessa forma, o antigo objetivo da escola, previsto na Lei 5.692/71, de capacitar os alunos para o mercado de trabalho cede lugar à necessidade de formação dos estudantes para aquisição e o desenvolvimento de novas competências. Neste sentido, é responsabilidade da escola garantir aos alunos a aprendizagem linguística necessária para o exercício da cidadania. Neste sentido, os PCNs (2001, p. 30) salientam:

Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais - que possam estar relacionadas, às ações efetivas do cotidiano, a transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão.

Seguindo essa perspectiva, é importante pensar sobre a metodologia. Considerando as práticas linguísticas que o aluno traz ao ingressar na escola, é preciso que, a partir disso, seja trabalhada a inclusão dos saberes necessários ao uso da norma padrão. Além disso, é tarefa da escola, possibilitar que seus alunos participem de diferentes práticas sociais que utilizem a leitura, a escrita, a escuta e a oralidade, com a finalidade de inseri-los nas diversas esferas de interação. Se a escola não considerar esse papel, o sujeito ficará excluído dos novos letramentos, não conseguindo se constituir no âmbito de uma sociedade letrada. Além do mais “o português que se ensina na escola para os brasileiros é uma língua tão estrangeira quanto o espanhol ou o italiano para um português em Portugal” (Marcos Bagno, 2001, p.174). Ou seja, uma língua desconhecida pela maioria dos estudantes, pois a supervalorização gramatical é tão evidente que o aluno não consegue enxergar sua aplicabilidade na sua vida diária. As leituras são trabalhadas de forma descontextualizadas, contrariando assim os PCNs (2001, p. 55) que diz:

Se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se confrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimente e aprendam isso na escola. (...) É preciso, portanto, oferecer-lhes os textos do mundo.

Assim sendo, o trabalho, no que diz respeito ao ensino de língua, deve priorizar a bagagem de conhecimento que o aluno traz consigo. Ou seja, ensinar uma língua é ensinar a comunicar e a viver em sociedade. Neste sentido, é inevitável a inserção de todos os que frequentam a escola pública em uma sociedade cheia de conflitos sociais, raciais e políticos. E, é a linguagem que pode possibilitar que cada indivíduo participe e possa inserir-se ativamente na sociedade em que vive.

2.1.1 A PRÁTICA DOCENTE E A EXAGERADA VALORIZAÇÃO AO ENSINO DA GRAMÁTICA

A língua... É parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica, social. É por meio dela que nos socializamos, que interagimos, que desenvolvemos nosso sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade... É ela que confirma nossa declaração: eu sou daqui.

(Irandé Antunes, 2007 p. 22)

O domínio da língua oral e escrita é essencial para que o sujeito possa participar ativamente da sociedade na qual está inserido. Esse deveria ser o propósito do ensino de língua portuguesa como prever a Lei nº 9.394/96. No entanto, o que se vê é um ensino de Língua com base na metalinguagem. Ou seja, num conjunto de regras que devem ser seguidas. No entanto, muitos autores, considerados como modelos a serem imitados no uso da língua, já estão deixando de seguir as regras da gramática normativa, que as escolas obrigam seus alunos a obedecerem.

Neste sentido, Bagno (2001, p. 66) nos diz que:

Não me oponho à apresentação das noções tradicionais, para que sirva de ponto de partida para uma reflexão mais funda sobre a língua e linguagem, sobre a constituição das teorias, sobre a constituição sempre parcial e incomoda do conhecimento humano etc. Mas se for simplesmente para continuar a repassá-las sem críticas, como se fosse verdades absolutas e incontestáveis, e, pior, para que isso se constitua no objeto principal e primordial do ensino de língua, então sinceramente, prefiro gritar (junto com os alunos!): "Gramática? Tô tora".

O ensino da língua portuguesa como a língua materna tem por objetivo proporcionar uma educação necessária para o desenvolvimento das potencialidades do educando e prepará-lo para o exercício da cidadania. Seguindo essa perspectiva, Bagno (2001) vem nos dizer que o objetivo do ensino de língua deve ser estimular a expressão das experiências dos diferentes sujeitos, permitir que eles tornem sujeitos do seu discurso. Neste sentido, nota-se um passo positivo por parte dos PCNs (2001) que tem implantado ações que visam uma escola mais formadora e eficiente, a fim de promover a participação do indivíduo no meio social através da língua oral e escrita, a intenção é tirar definitivamente a metalinguística do centro das atenções para que com essas novas concepções teóricas possam emergir novas práticas de ensino. Neste contexto, Antunes (2003, p.37) salienta:

Sentimos na pele que não dá mais para "tolerar" uma escola que por sua vez, nem sequer alfabetiza... ou que, alfabetizando não forma leitores, nem pessoas capazes de expressar-se por escrito, coerente e relevantemente, para, assumindo a palavra, serem autores de uma nova ordem das coisas.

Com isso, cabe ao professor se apropriar das novas concepções, para que possa inventar e reinventar sua prática de ensino, pois o quadro do insucesso

escolar é desesperador, e se manifesta na terrível descoberta dos alunos que eles não sabem português, e o português é uma língua muito complexa. E, mesmo que a maioria dos educadores afirme que ama dar aula de língua portuguesa o que se percebe na prática é um comodismo e um descaso para com a educação, o que é lamentável, pois precisamos de professores que vivam em busca do conhecimento se adequando ao novo perfil do professor, como mostra Antunes (2003, p.36): O novo perfil do professor é aquele do pesquisador, que, com seus alunos (e não, “para” eles), produz conhecimento, o descobre e o redescobre. Sempre. Seguindo essa perspectiva, Oliveira (2010, p.61) vem nos dizer que a pesquisa faz crescer o saber e o ensino faz crescer o aluno. Assim, o professor precisa estar sempre aperfeiçoando seu conhecimento, não podendo deixar de ser um eterno aluno. Além do mais, passa pelo professor a possibilidade de construir um ensino capaz de satisfazer as necessidades escolares da nação, para que possa emergir daí um novo indivíduo, uma nova sociedade e um novo mundo através da educação. Pois como salienta Rubens Alves (2000, apud Antunes, 2003 p.133)

Aprender é uma das coisas mais bonitas, mais gostosas da vida. Acontece em qualquer lugar, em qualquer idade, em qualquer tempo. Ajudar as pessoas a descobrir esse prazer, a “degustar” o sabor dessa iguaria é ascender as mais altas esferas da atuação humana. A escola existe para estimular a “gula” pelas delícias de poder saber..., pois a capacidade de sentir prazer não é um dom natural. Precisa ser apreendida.

Dizem que toda comida depende do tempero, sendo assim não existe comida boa nem ruim, depende de quem a tempere e como ela é temperada. Dentro da sala de aula, o professor trabalha como um cozinheiro que precisa despertar o gosto no aluno pelo conteúdo, para isso, não é preciso apenas cozinhar com amor, mas sim conhecer os novos temperos, as novas receitas e as novas maneiras de cozimento. Seguindo essa mesma perspectiva, o aprendizado deve acontecer de forma prazerosa, estimulante e menos cansativa. Neste sentido, o professor precisa procurar meios capazes de despertar no aluno o gosto pelo português, para isso é preciso rejeitar o ensino tradicional e investir em novas concepções que como afirma Antunes (2003, p.147):

Podem nos fazer ver o fenômeno da língua muito mais além das teias gramaticais, com horizontes bem mais amplos, bem mais fascinantes, bem

mais humanos, no sentido de que refletem os usos das pessoas em sociedade, isto é a língua que a gente usa no dia-a-dia. Essas concepções podem nos fazer perceber muito mais coisas que o “certo” e o “errado”... muito mais a fazer que dar nomes as coisas e aos fatos da língua. Indo além dos rótulos que a linguagem contém, para deixar nos embriagar pela cor, pelo seu perfume e pelo seu sabor.

A cada dia que passa fica mais evidente que o ensino da língua portuguesa voltou-se para o ensino da gramática⁴ normativa, afastando-se dos propósitos de tornar as pessoas mais críticas e atuantes socialmente. Neste contexto, Irandé Antunes (2003, p. 17) comenta:

Enquanto o professor de português fica analisando se o sujeito é “determinado” ou “indeterminado”, por exemplo, os alunos ficam privados de tomar consciência de que ou eles se determinem a assumir o destino de suas vidas ou acabam todos, na verdade, “sujeitos inexistentes”.

Em síntese, é necessário fazer da aula de língua portuguesa um momento de interação entre docentes e discentes, em que os principais objetivos sejam produzir conhecimento e preparar o indivíduo para exercer a cidadania, pois, mais do que nunca, precisamos formar indivíduos críticos, atuantes e humanos. Neste sentido, as aulas de língua portuguesa devem visar à concretização desses propósitos.

2.1.2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA INTERLIGADO COM A VIDA DO EDUCANDO

Um dos principais problemas no ensino de língua portuguesa é a falta de ligação dos conteúdos com a realidade do educando, neste sentido, cabe ao educador buscar conhecer a realidade a qual seus alunos estão inseridos, e em posse desse conhecimento traçar metodologias de trabalho, porém para isso é preciso buscar conhecer, como salienta Paulo Freire (1996, p.12)

⁴ A gramática, embora seja ciência de caráter conservador, baseando-se, porém, na observação dos fatos da linguagem, não pode permanecer estacionária, não pode imobilizar-se, mas ao contrario, deve transformar-se, deve acompanhar-se as modificações da língua, como consequência exata desse organismo vivo e em perenes transformações. Bueno Silveira: curso prático de português. São Paulo, 1944.

Enquanto ensino contínuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Por essa razão, uma das empreitadas do educador é pesquisar, não só os conteúdos a serem trabalhados, mas a maneira como ele deve ser trabalhado, e o modo mais eficaz de fazer isso é pesquisar quem é o educando, onde está inserido, qual o melhor meio de relacionar tal conteúdo com a vida de cada um? Os PCNs (2001, p.55) vêm vos dizer que “É preciso, oferecer-lhes os textos do mundo”. Com isso, fica evidente que uma das melhores formas de interação dentro da sala de aula é fazer com que cada aluno se sinta dentro do processo de ensino aprendizagem, para que ele possa questionar e posicionar frente a sua realidade. Neste contexto, é necessário salientar a fala de Freire (1996, p.15):

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (...) por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?

Realmente não é possível pensar no ensino de língua portuguesa descontextualizado da realidade, além de Freire outros autores abordam a questão de se valorizar o ensino como meio de integração social, essa preocupação também se faz presente nos PCNs (2001, p.24) que enxergam no ensino de língua algo essencial para o convívio em sociedade.

A língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.

Em suma, é preciso pensar no educando com uma visão interacionista, pois os sujeitos aos quais estamos interagindo precisa encontrar meios de convívio

social, para isso, basta levar para dentro do espaço escolar textos com temas que de alguma forma faz inferência a sua vida. Pois como ressaltam as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p.29),

O que se defende, portanto, é a absoluta necessidade de se avocar e levar adiante o desafio o de criar condições para que os alunos construam sua autonomia nas sociedades contemporâneas - tecnologicamente complexas e globalizadas - sem que, para isso, é claro, se vejam apartados da cultura e das demandas de suas comunidades.

Isso significa dizer que as escolas devem estar abertas a diversidade, seguindo essa perspectiva as aulas de língua portuguesa devem ser compreendidas como um meio de inserção dos sujeitos nas práticas sociais. Ou seja, as aulas de língua têm como finalidade principal além de ler e escrever, contribuir para que os alunos se construam de forma consciente e consistente e se tornem sujeitos críticos e atuantes. Seguindo essa mesma perspectiva os PCNs (apud Rojo, 2000. p, 200) destacam uma afirmação importante no que diz respeito ao ensino:

... A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais... A escola, por ser uma instituição social com o propósito explicitamente educativo, tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.

Nesse sentido, a escola representa a possibilidade de interação entre sujeitos, de materialização do conhecimento e da formação crítica e ética do aluno.

CAPÍTULO III

“AVERSÃO⁵ E AMOR⁶” ÀS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Diante do mergulho nos teóricos, nas teorias e nas leis que cercam o ensino de língua portuguesa, julgamos importante verificar em que medida as teorias estão sendo usadas na prática escolar. Em seguida buscaremos através da observação, dos dizeres de professores e alunos, responder a hipótese de que o aluno tem “aversão” ao ensino de língua portuguesa, e que o professor tem “amor” ao exercício docente.

Para refletirmos acerca do tema proposto foram entrevistados professores e alunos de escolas estaduais do município de Caetité-BA. As questões dizem respeito ao ensino de língua portuguesa, 12 destas perguntas foram direcionadas para os estudantes e 12 aos educadores. O intuito é responder o porquê da rejeição ou aprovação ao ensino de língua materna sob a perspectiva de alunos e professores. Nesta entrevista temos três elementos principais: o ensino de língua portuguesa, o docente e o aluno. O resultado da pesquisa depende da relação entre esses três elementos. Além das entrevistas, assistiremos a três aulas de dois professores, o que possibilitará uma visão mais aprofundada na hora das análises dos questionamentos.

3.1 ALUNOS E PROFESSORES PESQUISADOS

Os alunos entrevistados não foram selecionados ao acaso, preferimos trabalhar com alunos de ensino médio, pelo fato destes terem estudado um tempo mais longo língua portuguesa. Dos dez alunos, todos possuíam uma média de treze a vinte anos de idade. Foram ouvidos alunos de cada professor e das 12 questões, foram escolhidas aquelas que atendiam o objetivo da pesquisa. A principal finalidade era procurar responder a problemática da pesquisa. Todos os alunos solicitados propuseram ajudar; pouco menos de 15 minutos era o tempo em que cada aluno levava para responder o questionário. Já os professores prolongavam por até 30

⁵ Cabe aqui salientar que a palavra aversão assume neste trabalho o conceito de antipatia como definido no dicionário Aurélio Buarque de Holanda.

⁶ (amor) sentimento de apego a um ser, ou a uma coisa. Definição presente no dicionário Aurélio Buarque de Holanda

minutos para responder as questões. Em posse do questionário, dialogamos com os alunos e professores pesquisados. Nesse diálogo, tivemos a primeira constatação de que existia de fato a aversão ao ensino de língua portuguesa, porém encontramos (1) uma aluna que disse ter afinidade pelo ensino de língua portuguesa, principalmente a parte gramatical por ser mais prática. Para identificar os alunos, usaremos a sigla AL (de 01 a 10) e para designar os professores utilizaremos as iniciais Prof. (de 01 a 03)

3.2 O ALUNO, O PROFESSOR E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os professores entrevistados já têm mais de vinte (20) anos de atuação, como já mencionado. Todos possuem graduação, dois (02) fizeram pós-graduação e um (01) concluiu o mestrado, ou seja, já disponibiliza de uma bagagem de conhecimento bem significativo. A questão é saber se isso reflete na prática escolar. Diante disso, a primeira pergunta voltou-se exclusivamente para o professorado, o tema era sobre o ensino de língua portuguesa quando começaram a lecionar. Diante das perguntas, obtivemos as seguintes respostas:

Profª 1: Em sala de aula era bem conteudista. Uma certa preocupação com a gramática e com as informações literárias.

Profª 2: Antes o ensino era bastante tradicional, porém com o passar do tempo e o surgimento de propostas pedagógicas interdisciplinares, o ensino passou a ser visto com outros olhos.

Prof. 3: Penso que vamos aprendendo dia a dia, apesar do ensino não ser muito diferente do hoje, nós vamos mudando com a experiência e as necessidades.

Como os docentes estão mais de vinte (20) anos na sala de aula, eles conhecem de fato as mudanças que sofreu o ensino de língua. Eles atuaram em vigência das duas LDBs, a de nº 5.692/71 que privilegiava o ensino tradicional e a LDB nº 9.394/96 que vem colocar o aluno como um ser social que precisa apropriar-se de mecanismo para saber posicionar-se frente à sociedade.

Após elaboração desta lei, muitas coisas mudaram no ensino de língua portuguesa, ou melhor, deveria ter mudado. Pois, como podemos notar no

comentário da prof^a. 2, com propostas pedagógicas interdisciplinares, o ensino passou a ser visto com outros olhos. Todavia, ver é diferente de fazer, ou seja, é essencial levar essas propostas para as aulas, e fazer valer essa lei que foi implantada visando à formação cidadã do indivíduo.

Seguindo esse ponto de vista, questionamos aos professores a respeito do ensino de língua portuguesa na atualidade e os entraves, e mediante as respostas destacamos a seguinte afirmação:

Prof.^a 1: Bem complexo. Há de tudo um pouco. Desde a concepção mais tradicional, quanto à visão mais textual em que se faz possível o diálogo com os diversos tipos de textos, inclusive os que estão nos meios tecnológicos. Outro entrave tem relação com a falta de valorização docente de forma que haja condições para refletir e executar de forma mais coerente com a vida discente.

Nesta perspectiva, fez-se imprescindível entender o significado das aulas de língua portuguesa. Assim, foi preciso entrevistar alunos e professores para apropriar-nos dos conceitos que ambos tinham a respeito do ensino de língua portuguesa. Alunos e professores apresentaram opiniões bem distintas, como podemos perceber nas respostas que seguem:

AL. 1: Uma disciplina que estuda o modo de falar e escrever o português, suas classificações, suas funções, características entre outros.

AL. 2: Língua portuguesa são padrões, normas que são convencionadas ao longo do tempo pelos seus falantes.

AL. 3: O estudo da língua culta.

AL. 4: É uma maneira que os estudantes têm de compreender a sua língua e a origem dela.

AL. 5: É uma disciplina que nos traz o conhecimento tanto da leitura quanto da gramática.

AL. 6: É uma disciplina que prepara as pessoas tanto na linguagem escrita como na língua oral.

AL. 7: Disciplina fundamental na criação de um indivíduo.

Com exceção do último aluno, os demais têm um conceito bem próximo das aulas de língua portuguesa, definindo-as como um conjunto de regras a serem respeitadas a fim de adquirir o bem escrever e o bem falar. O último conceito aproxima da ideia de Irandé Antunes (2007) que afirma que a língua portuguesa não

pode se afastar do propósito de preparar o indivíduo para exercer a cidadania. Diante dessas respostas da maioria dos alunos fica evidenciada a grande valorização da gramática. Falta o conceito de língua como meio de interação social, essencial na formação crítica e coletiva de cada sujeito. Com isso, fica constatado também que a definição de língua portuguesa, volta-se para algo bem gramatical, em que se valoriza a língua com suas estruturas e funções.

Nos dizeres dos professores, as aulas de língua portuguesa têm um papel importantíssimo na vida dos alunos, pois ajuda o indivíduo a viver na sociedade e refletir sobre ela. As respostas dadas são bem significativas, como podemos notar nos depoimentos que seguem:

Prof. 1: Eu a conceituo como uma abordagem teórica e prática de socialização de texto verbal e não verbal.

Prof. 2: É a disciplina que através da compreensão dos mecanismos da língua aprimora as possibilidades de reflexão e de expressão. Isso requer do sujeito construtor do conhecimento, conceitos específicos que ele constrói ao longo do tempo: leitura, escrita, interpretação de textos e conteúdos gramaticais e como utilizá-los no contexto sociocultural, a fim de construir sua própria identidade com autonomia.

Prof. 3: Trata-se da nossa língua materna, portanto, de fundamental importância para o nosso reconhecimento como cidadão.

Embora dois alunos tragam conceitos parecidos com o dos professores a respeito das aulas de língua, fica evidenciado que a maioria dos alunos possui um conceito de aula de língua portuguesa diferente das definições apresentadas pelos docentes. Neste caso, percebemos que os professores de língua portuguesa estão conscientes que um dos papéis das aulas de língua portuguesa é formar indivíduos preparados e que possam inserir no meio social e construir sua identidade. Diante disso, fica evidenciado que mesmo tendo um conhecimento das teorias que cercam o ensino de língua, há um desacerto, ou seja, a maioria dos docentes ainda não conseguiu fazer com que o alunado adquira o conceito de língua como meio de interação social que eles tanto pregam.

Seguindo essa perspectiva, chegou-se a hora de saber o que professores e alunos acham da disciplina, e diante da questão obtivemos as seguintes definições:

AL. 1: Boa. Porque ela nos traz o aprendizado da escrita e da leitura de uma forma ampla.

AL. 2: Boa. Tenho uma professora excelente, mas não temos muitos recursos na escola pública.

AL. 3: Regular. A professora demora pra explicar os assuntos e às vezes não entendo nada.

AL. 4: Regular. Pois supre algumas, mas não todas as dificuldades dos alunos.

AL. 5: Regular. Pois faltam alguns recursos para melhorar.

AL. 6 : Cansativas

AL. 7: Não sou fã desta disciplina, mas acho que ela é importante.

É possível perceber que os alunos não parecem muito seguros naquilo que estão dizendo, pois pouco menos da metade dizem que as aulas de língua portuguesa são boas, porém estão sempre citando a necessidade de alguma coisa para complementar, relatando constantemente a deficiência nos recursos didáticos oferecidos pela escola.

No entanto, a resposta que prevaleceu foi à classificação de regular, e pelo que avaliamos das respostas há uma urgente necessidade de um momento de superação das dificuldades dos alunos, ou seja, é preciso atrair, diversificar. Para que as aulas de língua portuguesa sejam convidativas, participativa e alcance a aprovação dos alunos, indivíduos principais desse processo.

Seguindo esse contexto, os docentes também foram questionados sobre o porquê da rejeição dos alunos as aulas de língua portuguesa. Os professores responderam:

Prof 1: Há momentos em que as aulas podem ser consideradas por uns como significativas, mas para outros como ruins. Penso que é preciso trabalhar com muitas possibilidades para agradar a todos, conforme seu gosto uns ficaram contemplados num momento, depois, são os outros.

Prof 2: Português é muito difícil e requer muita leitura e escrita, caso isso não aconteça, tudo se torna muito complicado refletindo as consequências no aprendizado em geral.

Prof. 3: Na verdade há divergência entre alunos, (...) há os que gostam e os que não gostam. Aulas que atendem ou não aos anseios dos alunos, que motivam ou não a sua participação é que são as causas, ao meu ver. (...) há também questão de afinidade com a disciplina, com o professor, enfim são muitos os fatores determinantes.

Como podemos perceber nas citações acima os professores atribuem a complexidade do português ao fato dos alunos reprovarem o ensino de língua portuguesa, porém a prof.1 salienta que é preciso trabalhar com diversas possibilidades a fim de despertar no aluno o gosto pelas aulas. No entanto, a Prof. 3 aponta outros fatores que podem influenciar na antipatia dos alunos as aulas de língua portuguesa, dentre esses fatores ela cita o professor e a metodologia das aulas que não motivam a participação nem atendem os anseios dos alunos.

Diante disso, indagamos alunos e professores na seguinte questão: Em sua opinião, o que o professor (a) precisa fazer para que as aulas de língua portuguesa sejam mais atrativas e proveitosas pelos alunos?

AL.1: Trazer meios em que o aluno possa aprender de maneira agradável, como filmes, dinâmicas, brincadeiras, etc.

AL. 2: Textos que sejam interessantes e dar aulas de forma mais dinâmica, com trabalhos e produção para que os alunos possam usar a criatividade também.

AL. 3: Fazer uma aula mais dinâmica usando e abusando da criatividade

AL. 4: Sinceramente não sei o que pode melhorar, mas acredito eu cada um tem uma forma de lecionar e deve procurar o que é melhor para os alunos.

Diante das respostas alcançadas, percebemos que os alunos estão pedindo socorro, pois a grande maioria afirma que para que as aulas de língua portuguesa sejam mais atrativas e proveitosas é preciso que o educador procure novas práticas de ensino, para que o aluno consiga ter gosto pelas aulas de língua portuguesa. Sabemos que a tarefa não é fácil, porém entendo que é possível, pois durante a entrevista foi mencionado um nome de uma professora que consegue nas suas aulas atrair a atenção dos alunos, pois pelo que percebemos, a professora citada trabalha de forma contextualizada, valorizando o conceito de língua como meio de interação e integração social. Essa professora foi ouvida e sobre a questão fez a seguinte afirmação:

Prof. 3 : É preciso associação do conteúdo com a vida. Tornar os encontros como uma grande interação em que haja diálogo das diversas áreas do conhecimento, buscando uma compreensão mais autêntica da vida.

Essa professora concluiu o curso de mestrado e como podemos perceber isso está fazendo a diferença dentro do processo educativo, ou seja, o professor que se

apropriada das teorias e executa-a na prática docente, apresenta maiores possibilidades de fazer brotar no aluno o gosto pelo ensino e pelas aulas de língua portuguesa. No entanto, a pedra maior das aulas de língua portuguesa é a gramática como salienta Irandé Antunes (2007). Prova disso, estão nas respostas obtidas quando indagamos os alunos sobre o que menos gostam nas aulas de língua portuguesa, e as respostas foram bem parecidas:

AL.1: Não gosto da parte gramatical, pois tenho dificuldades de interpretação.

AL. 2: Não gosto da parte literária, porque é algo chato e repetitivo e os professores não têm uma criatividade de dar esse assunto de forma que o aluno possa participar e compreender de maneira mais agradável.

AL. 3: Não gosto da parte gramatical, pois é muito difícil, não consigo compreender.

AL. 4: Não gosto da parte gramatical, porque é a parte mais complicada com um monte de regras.

AL. 5: Não gosto da parte gramatical, porque tenho muita dificuldade.

AL. 6: Não gosto da parte gramatical, porque exige muita atenção e é muito complicada por si mesmo.

AL. 7: Identifico-me com a parte gramatical por ser mais prática.

Com exceção dos alunos, 2 e 7, os demais afirmam que a maior dificuldade é a gramática, ou seja, se o ensino de língua portuguesa recebe a reprovação dos alunos, isto se deve por um lado a gramática normativa, composta de regras⁷ e mais regras e não bastava as regras ainda existem as exceções para complicar ainda mais este processo de aprendizagem. Não queremos com isso dizer que é preciso banir as aulas de gramática com suas regras, ainda porque ela deve e precisa ser trabalhada dentro das aulas de língua portuguesa, porém a questão é não priorizá-la a ponto de constrianger o aluno por não conseguir classificar uma oração subordinada, um tipo sujeito, um tipo de predicado ou coisa desse tipo. Então, como construir uma aula de língua portuguesa ideal em que os conteúdos trabalhados sejam aceitos e absolvidos pelos alunos? Seguindo essa perspectiva, questionamos aos professores se eles concordam com a afirmação de que o ensino de língua portuguesa voltou-se para o ensino da gramática, vinculado a um ensino

⁷ As regras, em qualquer domínio, são normas, são comandos, são princípios que orientam a realização de determinada atividade. Uma regra- como diz o dicionário -“regula, dirige, rege, governa”. Irandé Antunes, 2007, p. 70 e 71.

tradicional, mecanizado, ausente de dialogismo e cada vez mais distante da realidade do educando.

Profª 1: Sim, durante muito tempo pensou-se o ensino de língua portuguesa a partir de gramáticas descontextualizadas. Na atualidade, há professores que trabalham assim, mas muitos outros que são bem preocupados com uma prática pedagógica mais libertadora com leitura e produção textual.

Profª 2: Não. A gramática é trabalhada de forma contextualizada, permitindo ao aluno compreender melhor a utilização da gramática no discurso e no processo ensino aprendizagem. (...) jamais poderemos permitir que o ensino de língua portuguesa volta apenas para o ensino gramatical.

Neste caso, temos opiniões opostas, o fato é que os alunos afirmam não gostarem da gramática devido a sua exigência. Se prioriza ou não o ensino gramatical, o importante é saber que ele deve ser trabalhado nas aulas de língua portuguesa, porém é necessário ter consciência de como isso vai ser feito. Nesse sentido, Irlandé Antunes (2007,p.29) vem nos dizer que:

... a gramática da língua vai sendo aprendida naturalmente, quer dizer, na própria experiência de se ir fazendo tentativas, ouvindo e falando. Não há um momento especial nem uma pessoa específica ao ensino dessa gramática. Ela vai sendo incorporada ao conhecimento intuitivo, pelo simples fato de que as pessoas estão expostas à convivências com os outros. (...) a escola virá depois: *para ampliar*.

Diante disso, percebemos que não adianta descarregar nos alunos uma série de regras e conceitos para que estes memorizem, o essencial é trabalhar com paciência para que o aprendizado aconteça de forma natural. Além disso, o professor precisa ter consciência que ao lado da gramática existem outros conteúdos tão ou até mais pertinentes e necessários. Seguindo essa perspectiva, o texto a seguir presente no livro didático: 'Língua Portuguesa e Literatura' mostra com exatidão a situação do ensino de língua portuguesa:

Rap da Língua Portuguesa⁸

(A linguagem em ritmo)

⁸ Texto escrito por: Antônio Eduardo Leitão Navarro Lins, Carmen Rodrigues Fróes Pedrão, Luciana Cristina Vargas da Cruz, Maria de Fátima Navarro Lins Paul, Rosa Elena Bueno, Rosana Guandalin e Suely Marcolino Peres.

Referência completa: PARANÁ. Secretaria de estado da educação. Superintendência da Educação. Língua Portuguesa e Literatura. (versão eletrônica). Curitiba: SEED/PR, 2006. Disponível em. www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/livrodidatico.pdf. Acesso em 18 dez.2012.

Leitura, escrita, literatura, oralidade
A linguagem no ritmo da multiplicidade.
Vem com a gente, galera, vem pra conhecer
A linguagem em uso é o que vimos lhe trazer.
Na sala de aula era assim...
Aluno e professor. A Língua? Regras sem fim...
— Ai, que texto grande!! Não consigo entender!!
— Vale quanto, professor? Cai na prova?
— Vou ter mesmo que ler?
— Ai, que coisa chata! Não tem figura? Olha o tamanho da letra...
— É em dupla, professor? Vou ter mesmo que fazer?
— Escreve direito, menino!
— Não assassina o português!
— Caneta na mão copiando a lição!
— Sentado na cadeira!
— Isso não é lugar de brincadeira!
Essas são ideias que precisam mudar!
O livro didático público está aí pra inquietar
Para formar sem fazer conformar
Pois a realidade precisamos transformar.
Se liga, meu irmão,
No que vamos te dizer,
Somos todos iguais
E diferentes pra valer
'Tamo' na atividade!
'Tamo' aí pra aprender!
Este é o Rap da Língua Portuguesa
Vem com a gente aprender
Usar a língua com destreza
Oralidade, leitura e escrita
Desenvolver o pensar sem maldade
Mas também sem ingenuidade.
E tudo ler, do romance ao cordel.
O que aceita o papel, ler.
Com todos os tipos de textos, aprender.
Experimentar da língua o potencial
Que tal?
É só entrar e abrir a janela-
-texto que dá para o pensamento

Língua Portuguesa
E logo a imaginação acelera
Aprimorando o movimento
Do aprender.
Vem com a gente, galera, vem pra conhecer
A proposta nova que vimos lhe trazer.
Leitura, escrita, literatura e oralidade
Para a construção de uma nova sociedade.
Você é a personagem principal
Do texto e do contexto
É só entrar e abrir a janela
Para os mundos da linguagem.

Com isso fica evidenciado que o ensino de língua portuguesa não pode limitar-se apenas a gramática normativa, pois o mundo se interage através da linguagem e através desta podemos construir uma nova realidade. Para isso basta refletir a prática docente e ao invés de preocuparmos com o conceito de certo e errado, o docente precisa procurar meios de levar o aluno ao questionamento e não a conformidade.

Quando decidimos optar por uma profissão, somos impulsionados por alguns motivos. Sendo assim questionei aos professores sobre o porquê da opção pela profissão de professor de língua portuguesa, foram adquiridas as seguintes afirmações:

Prof^a 1: Por gosto, sempre tive identificação pela leitura e pela produção textual. Com o curso de letras, veio então, a chance de enxergar melhor esse desejo. De lá para cá, muitas outras experiências de contato com a língua portuguesa foram muito significativas para realizar essa opção feita.

Prof^a 2: Por amor. Ele é a base de tudo. Pois se não houvesse amor durante o processo pedagógico, como poderia acontecer a aprendizagem?

Prof.^a 3: Por gosto, foi a opção que fiz para minha formação acadêmica e trata-se de uma profissão desafiadora e envolvente, quanto mais o tempo passa mais nós contagiados por ela. (...) concordo com Paulo Freire quando diz que o professor precisa lecionar com amor, se você tem amor ao que faz fica mais fácil encarar os desafios do cotidiano, que são muitos.

Concordamos com a professora 2 que o amor é a base de tudo, porém porquê mesmo declarando esse amor pelo ensino de língua portuguesa eles não conseguem despertar no aluno o gosto pela disciplina? É preciso amar sim, e Paulo

Freire defende muito essa ideia, mas faz-se necessário transmitir esse amor e para isso os próprios alunos dão a dica:

AL. 5: É preciso buscar métodos que possam despertar o interesse dos alunos, tornando a aula atrativa, proveitosa e não cansativa.

Com isso, fica claro que os professores não estão conseguindo fazer das aulas de língua portuguesa um momento de prazer, pois na visão, e neste caso, da maioria absoluta dos alunos, as aulas são monótonas, cansativas e torna sem proveito, pelo fato dessas aulas não conquistarem o alunado. Sabemos da grande complexidade que é ensinar gramática, porém isso fica mais difícil ainda, se não conseguirmos iniciar a aula de forma atraente e envolvente.

3.3 CONEXÃO DO ENSINO COM O COTIDIANO DO ALUNO.

O processo educativo é marcado pela investigação do educador com as diferentes dimensões da prática educativa. Essa busca pelo conhecimento do meio em que o aluno está inserido, pode assegurar um melhor desempenho do educador que deseja com os seus alunos transformar a realidade. Dessa forma, Irandé Antunes (2007, p.55) vem nos afirmar que:

Precisamos conhecer o mundo do qual falamos ou, pelo menos, imaginar outro, com base no que já conhecemos. Quer dizer a linguagem tem como objeto de significação as coisas que compõem a realidade, seja ela a realidade experimentada externamente, seja a outra sentida internamente, desejada. Imaginada, projetada, simulada. Não importa: falamos das coisas que têm qualquer tipo de existência.

De fato, esse papel primordial faz parte da vida docente, essa incansável busca da realidade que deve ser envolvida no processo ensino aprendizagem. Mediante tudo isso, indagamos aos alunos se percebem alguma relação do conteúdo de português com o cotidiano.

A maioria dos alunos disse que às vezes, mas não sabe se por coincidência ou intencional. E a maioria dos conteúdos não tem relação com a realidade.

Como as respostas foram bem parecidas, decidimos apenas comentá-las, pois se as aulas de língua portuguesa já foram classificadas como regulares, fica difícil pensá-las de maneira descontextualizadas da realidade. Uma maneira de chamar e prender a atenção dos alunos é levar textos do convívio social em que os

alunos estejam inseridos, a fim de atraí-los e fazer com que o conteúdo se torne de fácil compreensão.

A questão foi direcionada também aos professores e a resposta foi unânime, todos disseram que em sua prática docente relaciona o conteúdo com a realidade do aluno:

Profª 1: Sim, tomo como base a proposta curricular montada no processo de planejamento, mas relacionando essa proposta com situações cotidianas pelas ações como a escrita de diários, apresentações de textos atuais e de outras épocas.

Profª 2: O professor consciente deve saber que para o aluno compreender melhor os conteúdos pedagógicos, torna-se necessário uma prática voltada exclusivamente para o aluno, valorizando os conhecimentos prévios, os quais servirão de base para os conhecimentos profundos que serão desenvolvidos pelo professor durante o processo pedagógico.

Profª. 3: Sim, partindo de suas experiências de vida, ouvindo o aluno, fazendo leituras e estabelecendo relações com a realidade, respeitando réus falares e mostrando-lhes as necessidades de acesso ao conhecimento de outras variedades da língua.

As opiniões citadas são bem coerentes, mas os alunos carecem perceber isso na prática docente, ou seja, eles precisam enxergar-se nesse processo, pois de que adianta a dominação das teorias, se na prática isso não é percebido pelos alunos. No tocante a necessidade de estar inventando e reinventando sua prática, uma professora fez a seguinte afirmação:

Profª 1: Mudo sempre, para compreender, na prática, o desafio de fazer, desfazer e fazer de forma diferente. Importante começar de novo. A mudança nos coloca em situação de reflexão.

Profª 3: A cada dia busco refletir sobre o que foi bom e o que não foi, o que funcionou ou não e daí, mantenho o que acho bom e procuro mudar o que não deu certo com a finalidade de melhorar meu trabalho a cada dia.

Opiniões como estas, nos deixam esperançosos e cheios de expectativas na construção de um verdadeiro educador, em que aproxima dos alunos no intuito de conhecê-los, para depois traçar um método de ensino que vise a satisfação e aprendizagem de todos. Pois como ressaltam os PCNs (2001, p.24):

a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos

pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.

3.4 OBJETIVOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS DIZERES DOS ALUNOS E PROFESSORES

Com o intuito de entender os principais objetivos do ensino de língua portuguesa, na visão de professores e alunos, direcionamos o seguinte questionamento: No seu ponto de vista, qual deve ser a prioridade do ensino de língua portuguesa? Diante dessa questão, todos os alunos entrevistados afirmaram que o principal objetivo do ensino de língua portuguesa deve ser o de preparar o indivíduo para atuar na sociedade por meio da linguagem oral e escrita. Porém, alguns dizem não perceber isso na prática docente, pois o objetivismo continua prevalecendo, e os alunos precisam obedecer às leis gramaticais, sem a possibilidade de um questionamento. Diante dessa indagação, uma professora concorda com os alunos e complementa dizendo que a leitura tem um papel importantíssimo nesse processo:

Profª 1: Se o professor conseguir motivar o aluno a fazer leituras de vida com certeza esse aluno saberá criticar o que vê e se depara no exercício cotidiano e, certamente, terá sentido de vida, porque irá perceber alternativas para os desafios encontrados.

Neste caso, os professores concordam com as respostas dos alunos e ainda salientam que um dos meios mais eficazes de alcançar esse objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania é por meio da leitura, pois através de sua prática, o alunado adquire ferramentas suficientes para exercer com consciência seu papel na sociedade.

3.5 OS MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os manuais de língua portuguesa caracterizam-se como um suporte didático, porém a palavra suporte na verdade é suprida pelo simples fato de seguir rigorosamente o livro didático, isso para alguns professores que preferem trabalhar de forma mais facilitada, porém é preciso ultrapassar o livro e interagir com ele. Além do mais, como citado anteriormente, é fundamental trabalhar de forma

contextualizada, e os livros na sua maioria trazem uma linguagem muito rebuscada distante da realidade e do contexto social de cada aluno.

Sabemos que uma das maneiras mais eficientes de construção do conhecimento é por meio do diálogo e da pesquisa. A escola é um lugar de aprendizado, e o educador precisa apropriar-se de diversas maneiras de educar. Embora o livro didático seja muito restrito perante a grandiosidade que exige a educação. Diante disso, indagamos aos alunos e professores sobre o livro didático e as respostas foram bem similares:

AL.1: Regular, na maioria das vezes os livros tem uma linguagem muito complexa e não atualizada.

AL. 2: Regular. Porque acho que os livros didáticos deveriam ser com uma linguagem que pudessem (SIC) despertar o interesse dos alunos.

AL. 3: Regular. Alguns têm uma linguagem difícil de entender.

AL.4: Regular. Os livros deixam muito a desejar, são incompletos e muita vezes atrasados.

AL. 5: Regular. Os livros ainda deixam muito a desejar, pois deixa (SIC) de focar na necessidade do aluno naquele momento da vida.

AL. 6: Bom. Pois supre todas as necessidades, a linguagem é adequada e compreensível.

AL. 7: Regular.

Embora um (01) aluno tenha afirmado que o livro didático é bom e supre todas as necessidades, fica evidenciado na fala da maioria que eles não estão satisfeitos com os livros didáticos, pois deixam muito a desejar com uma linguagem, segundo o aluno, descontextualizada. As respostas dos docentes não foram diferentes:

Profª 1 Eles servem como apoio ao trabalho, mas não sigo este manual de forma rígida. Aproveito algumas sugestões e tento reelaborá-las conforme objetivo a ser vencido. Para o aluno o manual é um suporte a mais. Para o professor, jamais segui-lo linearmente.

Profª 2: É muito difícil encontrar livros totalmente bons. Nós professores, utilizamos vários livros, a fim de minimizar as deficiências, seja na literatura, gramática ou redação.

Profª. 3: (...) não deve ser descartado, pois muitas vezes é o único recurso que o aluno possui, mas o professor não deve se limitar a ele.

Conforme enfatizado, o livro didático com cerca de oitocentas (800) páginas apresenta uma linguagem, segundo os próprios alunos, complexa. Por isso, os professores mais preparados, teoricamente, seguem apenas algumas sugestões oferecidas pelos livros, porém existem professores que seguem linearmente o livro didático como percebemos no primeiro depoimento acima.

Com a fala dos alunos e professores fica evidente que os livros didáticos apresentam um ensino da gramática normativa que impossibilita os alunos de refletirem sobre a língua e perceber a sua aplicabilidade no seu dia a dia. Nesse sentido, é preciso verificar até que ponto o livro didático está contribuindo para que o aluno possa fazer uso da língua nas diferentes situações da realidade humana. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) sugiram novas e valiosas propostas a respeito do ensino de língua, o ensino da gramática continua normativo em que se prioriza o ensino da gramática descontextualizada e distante da realidade dos alunos. Porém, como salienta um dos professores pesquisados não deve ser descartado, apesar do mesmo ser complexo e cansativo, pois às vezes ele é o único material disponível. Cabe ao educador buscar novas possibilidades que preencham as lacunas deixadas pelos manuais de língua portuguesa.

3.6 NOVAS E VELHAS PRÁTICAS DE ENSINO NA ATUALIDADE

Acompanhar as mudanças que perpassam na nossa sociedade é uma tarefa muito complexa, e isso se torna ainda mais difícil se tratando de ensino de língua portuguesa. Porém, essa complexidade dá-se mais, frequentemente, nos professores que lecionaram em vigor da lei LDB nº 5.692/71, e não procurou acompanhar as mudanças que sofreram o ensino de língua e, mesmo com o surgimento da nova LDB nº 9.394/96, ainda prega o ensino tradicional e descontextualizado. A alegria é que alguns professores, mesmo atuando em vigor das duas leis, continuaram aperfeiçoando seu conhecimento, a fim de seguir essa nova LDB que foi ampliada e exerce uma função importante no ensino de Língua Portuguesa, voltada para a análise e reflexão da língua. O objetivo é colocar o indivíduo como um sujeito autônomo. Nesse sentido, faço minhas as palavras de Irandé Antunes (2003, p. 170):

O professor de português precisa conquistar sua autonomia didática, assumir-se como especialista da área, comprometer-se com a causa da educação linguística de seus alunos. Não pode ficar, repito à deriva, ao saber das opiniões de todo mundo, como se não tivesse condições de estabelecer seus rumos.

Ou seja, o momento atual exige do professor doação, esforço, entrega, busca, aperfeiçoamento, conhecimento, investigação e metodologias coerentes e contextualizadas. Estamos falando aqui do educador do século XXI, que necessita urgentemente inserir-se neste novo contexto. Em que a educação dá-se por meio da interação, do diálogo e da adequação ao educando.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa apresentou como finalidade principal levar o educador, educando e demais profissionais da educação a uma reflexão a respeito do ensino de língua portuguesa. Nesse sentido, foi levantada a hipótese de que os alunos sentem aversão às aulas de língua portuguesa. Para compreender melhor o tema procuramos entender as raízes que deram origem às diferentes formas de lecionar essa disciplina. De imediato, buscamos conhecer a história do ensino de língua portuguesa no Brasil. Em seguida, apropriamos das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as LDBs nº 5.692/71 e a nº 9.394/96. Mas foi com as leituras dos livros de Irandé Antunes que compreendemos melhor as principais finalidades do ensino de língua portuguesa. Irandé, em conformidade com a LDB 9.394/96, defende uma educação pela igualdade, ressaltando a importância da interação para o exercício da cidadania, os Parâmetros Curriculares Nacionais também estão em consenso valorizando a concepção sócio interacionista.

Nas entrevistas com professores e alunos, ficou evidenciado que, o ensino de língua portuguesa precisa urgentemente atender as necessidades do educando, pois o motivo da aversão se deve ao fato das aulas de língua portuguesa serem cansativas, monótonas, descontextualizadas e cheias de regras para serem memorizadas e seguidas. Dessa forma, os alunos afirmam que para que as aulas de língua portuguesa conquistem o alunado, é preciso dinamizar, diversificar, investigar e contextualizar, pois de nada adianta amar ensinar português se não conseguimos despertar no nosso aluno esse amor. Falando de amor apresentamos a fala do mestre Paulo Freire (1996, p.53)

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. O desrespeito à educação, aos educadores, aos educandos e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa do outro, a alegria necessária ao querer-fazer docente. É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem e o gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido. É esta força misteriosa, às vezes chamada vocação, que explica a quase devoção com que a grande maioria do magistério nele permanece, apesar da imoralidade dos salários. E não apenas permanece, mas cumpre, como pode, seu dever. Amorosamente, acrescento

Nesse sentido, é preciso inventar e reinventar, mas antes de qualquer coisa é essencial querer fazer docente, pois sem o gosto, a prática educativa perde o sentido como afirma Freire.

Portanto mesmo que o alcance de minha pesquisa restrinja apenas um pequeno grupo de professores e alunos, fica constatado que o ensino de língua portuguesa precisa de fato ser feito seguindo as orientações dos PCNs, LDBs, DCNs, e teóricos que enxergam no ensino de língua uma maneira de inserção do indivíduo no meio social por meio da linguagem oral e escrita. Conceitos e regras gramaticais são importantes, mas não essenciais na formação do sujeito. Dessa forma, espero que este trabalho sirva de auxílio para que o Professor, sobretudo, o de Língua Portuguesa reflita sua prática, e a partir daí tenhamos educadores que consigam atrair e despertar nos seus alunos o amor, ou pelo menos o gosto pelo ensino de língua portuguesa. Deixamos então o texto de Carlos Drummond de Andrade que retrata a escola do sonho de qualquer aluno e que serve como uma reflexão para os professores:

... eu queria uma escola que lhes ensinassem a pensar, a raciocinar, a procurar soluções.

...Deus que livre vocês de decorar sem entender, nomes, datas, fatos...

Deus que livre vocês de aceitarem conhecimentos prontos mediocrementemente embalados nos livros didáticos descartáveis.

Deus que livre vocês de ficarem passivos, ouvindo e repetindo e repetindo...

Eu também queria uma escola que desenvolvesse a sensibilidade que vocês já têm para apreciar o que é terno e bonito.

Eu queria uma escola que ensinasse a vocês a conviver, a cooperar, a respeitar, a saber viver numa comunidade, em união.

Que vocês aprendessem a transformar e criar.

Que lhes dessem múltiplos meios de vocês expressarem cada sentimento, cada drama, cada emoção.

Ah! E antes que eu me esqueça: Deus que livre vocês de um professor incompetente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. SP. Parábola, Editorial, 2003.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho*. Parábola, Editorial. São Paulo, 2007.

BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de português*. 2. Ed. RJ. Petrópolis. Vozes, 1987.
BEISEINEGEL, Celso de Rui Paulo Freire: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2010.

BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. 3 ed. SP: Parábola, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. *Linguagens, códigos e suas tecnologias: orientações curriculares para o ensino médio*. v.1. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio): linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. 3 ed. Brasília: 2001.

BUENO, Silveira. *Curso prático de português*. São Paulo, 1944.

DEMO, Pedro. *A nova LDB: Ranços e avanços*. Campinas São Paulo: Papyrus, 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Disponível em: < <http://Magali.blogpot.com.br/2009/01/escola-dos-sonhos-de-rumond.html>>, acesso em: 17 dez. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário de língua portuguesa*. 5.ed.RJ: nova Fronteira,2001

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários a prática educativa. 2 ed. São Paulo, Paz e terra, 1996.

HOSS, Myriam da Costa. *Prática de Ensino da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, livros técnicos e científicos. 1981.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de janeiro. Padrão, 1981.

OLIVEIRA, Luciano Amaral Celso. *Coisas que todo professor precisa saber: a teoria na prática*. SP, Parábola editorial, 2010.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Floresten Fernandes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

PARANÁ. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica*. Língua portuguesa. Curitiba, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná/Superintendência da Educação. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa* (versão eletrônica). Curitiba: SEED/DEE, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_port.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2012.

_____. Língua Portuguesa e Literatura. (versão eletrônica). Curitiba: SEED/PR, 2006. Disponível em www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/livrodidatico.pdf. Acesso em 18 dez.2012.

ROJO, Roxane (org.) A prática de linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs. Campinas, São Paulo. Mercado de Letras, 2000.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo II* (Língua Portuguesa). São Paulo: SME/DOT, 2007.

APÊNDICE



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas
Campus VI / Caetité

QUESTIONÁRIO A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO			
DADOS PESSOAIS			
NOME COMPLETO:			Sexo:
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	<input type="checkbox"/> Pública	<input type="checkbox"/> Particular	Turno:

1. O que você entende por língua portuguesa?

2. O que você acha das aulas de língua portuguesa? Justifique.

() boa () ruim () péssima () regular () excelente

3. O que você menos gosta nas aulas de língua portuguesa? Por quê?

() A parte gramatical () A parte literária () produção textual

4. O que você mais gosta no ensino de língua portuguesa? Por quê?

() A parte gramatical () A parte literária () A parte de interpretação

6. Você percebe alguma relação do conteúdo de português com seu cotidiano? Explique.

sim não às vezes

7. O que você acha dos livros didáticos de língua portuguesa? Justifique.

bom ruim excelente regular péssimo

8. Paulo Freire (1988) nos diz que o professor precisa lecionar com amor. Você percebe esse amor nas aulas de língua portuguesa? Justifique.

sim não

9. Qual dessas frases combina mais com você:

Eu odeio aula de português Eu amo aula de português? Nenhuma das alternativas

Ao seu modo de ver, qual o fator responsável por esta afirmação?

Alguns estudiosos propõem um ensino de língua portuguesa voltado para a formação crítica e cidadã dos indivíduos. Isso acontece na prática?

Sim, os professores de português trabalham para formar indivíduos críticos e atuantes

Não, o professor de português está mais preocupado com o ensino da gramática.

Nenhuma das alternativas estão corretas, se tratando do meu professor (a).

11. Em sua opinião, o que o professor (a) precisa fazer para que as aulas de língua portuguesa sejam mais atrativas e proveitosas pelos alunos?

12. No seu ponto de vista, qual deve ser a prioridade do ensino de língua portuguesa?

- Ensinar ler e escrever;
- Ensinar decorar regras gramaticais;
- Preparar o indivíduo para atuar na sociedade por meio da linguagem oral e escrita;
- Nenhuma das alternativas.



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas
Campus VI / Caetité

QUESTIONÁRIO A PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO:		Sexo :
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	<input type="checkbox"/> Pública	<input type="checkbox"/> Particular
Tempo de atuação:	Nível de Escolaridade:	Carga Horária:

1. O que você entende por língua portuguesa?

2. Por que a opção pela profissão de professor (a) de língua portuguesa? Justifique sua resposta.

() Por gosto; () Por falta de opção; () Por necessidade; () Por amor.

3. Como era o ensino de língua portuguesa quando começou lecionar?

4. Como é o ensino de língua portuguesa na atualidade? Quais os entraves?

5. Irlandé Antunes(2003) vem no dizer que o ensino de língua portuguesa voltou-se para o ensino da gramática. Você concorda com a autora? Justifique.

6. Em sua prática docente, procura relacionar o ensino de língua portuguesa com o cotidiano do aluno? Como?

7. Qual o seu posicionamento em relação aos manuais de língua portuguesa?

8. Paulo Freire (1988) nos diz que o docente precisa lecionar com amor. E você, ama ensinar língua portuguesa?

9. Quais dessas frases você ouve com mais frequência em sala de aula:

() Eu odeio aula de português. () Eu amo aula de português. () Nenhuma das alternativas

Ao seu modo de ver, qual o fator responsável por esta afirmação?

10. A nova LDB juntamente com os PCNs propõe um ensino de língua portuguesa voltado para a formação crítica e cidadã dos indivíduos. Isso acontece na prática?

11. Em sua opinião, o que precisa ser mudado no ensino de língua portuguesa?

12. Com que periodicidade você modifica sua prática docente, desde quando começou a lecionar? Com que finalidade ocorre esta mudança?

13. A seu ver qual deve ser a prioridade do ensino de língua portuguesa?
